

PLANO E ORÇAMENTO 2011- INTERVENÇÃO FINAL
BERTO MESSIAS – LÍDER PARLAMENTAR DO PS

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Terminamos agora a análise ao Plano de Investimentos e ao Orçamento para o ano de 2011, documentos de crucial importância no âmbito do ciclo de programação financeira da Região, que se estende até 2012.

Começo por dar uma palavra de saudação e de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao longo destes dias de trabalho.

Afirmo, com uma pontinha de orgulho contido, que a sua lucidez, responsabilidade e trabalho exemplares contrastam com outras abordagens, de outros partidos, ao longo deste debate que se limitam a correr atrás do sound-byte e do momento televisivo de

poucos segundos que, por vezes, curiosamente conseguem, mas cuja acção política não passa disso.

O PS é diferente. Destaca-se por isso. E tem sido eleitoralmente reconhecido pelos açorianos por isso.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Segundo as propostas aqui apresentadas e discutidas, o investimento público vai atingir, em 2011, os 801,3 milhões de euros, 506 milhões dos quais da responsabilidade do Governo.

Estes valores reflectem o grande esforço do Governo dos Açores em continuar a promover e a potenciar o investimento público e privado, assim como a coesão social e territorial dos Açores.

É imperativo que se diga que este plano resulta, também, de uma importante vitória política do PS/Açores, do Governo Regional e do seu Presidente - o cumprimento escrupuloso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Para que melhor se perceba, a única legislação nacional reguladora de financiamentos que não foi mexida nem sofreu cortes foi a Lei das Finanças Regionais, o que permitiu uma transferência para a Região de cerca de 350 milhões de euros e que comprova que os Açores em nada contribuíram para a situação económica e financeira difícil do país.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Este Plano e Orçamento materializam duas orientações políticas muito claras: Por um lado, continuar a desenvolver a Região, com uma política de investimento público reprodutiva, quer em termos de construção de infra-estruturas e de equipamentos em várias áreas, cruciais para mais crescimento económico, mais competitividade e maiores dinâmicas sociais e económicas, quer através do investimento nas pessoas, na sua qualificação e no reforço das suas competências e das suas habilitações porque, não tenhamos dúvidas, é o nível de qualificação dos cidadãos que diferencia as sociedades modernas.

Por outro lado, as prioridades para 2011 têm um forte cunho social que reflecte a preocupação do Governo dos Açores em minimizar os danos da crise económica e financeira internacional que ainda atravessamos e em reduzir os efeitos negativos do plano de austeridade nacional nas famílias e nas empresas açorianas.

Estas respostas só são possíveis devido a um longo caminho responsável de rigor financeiro e de equilíbrio das contas públicas regionais, que nos permite, agora, ter margem de manobra para adoptar mecanismos de protecção social que defendam os que menos têm, os que menos podem e os que mais precisam.

Enquanto por todo o mundo os Governos retiram apoios e direitos adquiridos aos cidadãos, cortam nas prestações e nos apoios sociais, deixam cair a economia, na tentativa desesperada de equilibrar o défice e cortam no investimento público, nos Açores, temos um Governo que, graças à sua boa e equilibrada gestão financeira, incentiva e apoia as empresas, mantém o esforço da despesa de investimento crucial para manter e criar emprego, e reforça os apoios sociais às famílias.

Sras. e Srs. Deputados

Este é o tempo da Responsabilidade.

Nunca como agora os políticos estiveram tanto sobre o escrutínio público. Mas essa evidência não nos deve atemorizar. Deve, antes, ser motivo de responsabilização para toda uma classe que tem de estar à altura da exigência do momento.

A forma como ajudarmos as pessoas a ultrapassar este momento difícil, será o nosso património político futuro.

É na adversidade que temos de ser mais fortes. É na dificuldade que temos de nos superar e chegar mais longe.

É fácil cair na tentação de recorrer ao pessimismo, ao populismo, à crítica conveniente e destrutiva ou à reivindicação irrealista. É fácil diagnosticar e apontar problemas, mais difícil é agir e resolvê-los.

Aos executivos pede-se empenho, determinação e rigor, às oposições pede-se pró-actividade, propostas concretas, exequíveis, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos e que não aumentem para níveis in comportáveis a despesa pública.

A esse propósito é importante dizer que o Partido Socialista sempre esteve e continuará a estar disponível para o diálogo e para apreciar e aceitar as propostas dos outros partidos com assento neste Parlamento.

Mas não basta fazer propostas. É preciso que essas propostas sejam sérias, razoáveis e que não sejam correias de transmissão de pequenos descontentamentos localizados que, sendo legítimos, não podem por em causa o desenvolvimento colectivo e o bem de todos.

Admito que isso seja tentador para partidos que não têm coerência ideológica ou programática, que se movem ao sabor do vento e que tentam, desesperadamente, capitalizar eleitoralmente descontentamentos ou corporativismos.

Mas os tempos não estão para isso e os açorianos sabem reconhecer quem tem um projecto, quem tem uma linha de rumo e quem, há 14 anos, implementa um projecto de mudança e de modernização na Região.

Mas no que se refere a propostas e a diálogo, quer o Governo quer o Partido Socialista, no âmbito do Plano e Orçamento para 2011,

reafirmaram publicamente a sua disponibilidade para acolher propostas dos partidos da oposição: os que quiseram, concertaram connosco o que consideraram mais relevante;

outros não chegaram a acordo connosco, o que também é natural e legítimo;

mas outros recusaram essa concertação atempada, demonstrando pretender apenas a publicidade das suas propostas demagógicas e não a averiguação da sua sustentabilidade. Foi o caso, mais uma vez, do PSD.

Infelizmente, não nos admiramos com a atitude deste Partido, pois a sua história neste parlamento é um claro repositório da sua prepotência.

Nos últimos dez anos em que foi governo nos Açores, o PSD rejeitou mais de cento e cinquenta propostas de alteração ao Plano do CDS, do PCP e do PS, e, nem sequer quando perdeu maioria, durante 1992, votou a favor de uma única proposta dos mesmos partidos ou do grupo de independentes então formado.

Curiosamente, muitos dos dirigentes políticos do PSD dessa altura, são exactamente os mesmos que dirigem esse partido, hoje.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Os tempos exigem coerência, responsabilidade e honestidade política.

A coerência de reconhecer que estas propostas de Plano e Orçamento vão em contra ciclo com o país.

A responsabilidade de admitir que os tempos são difíceis e, portanto, não é momento para opções irrealistas.

A honestidade política de aceitar a actual conjuntura económica e social, que obriga a que se deixe as tentações partidárias de parte, que não se gaste o tempo na crítica destrutiva e infundada e que se gaste esse tempo a construir e a defender os Açores e os Açorianos acima de tudo.

Em nome destes princípios, a oposição que criticou o congelamento nacional de pensões não pode discordar quando o Governo Regional propõe o aumento do complemento regional de pensão, que abrange mais de 35.100 idosos;

A oposição que denunciou a insensibilidade da República nos cortes ao abono de família, não pode tentar denegrir a proposta do Governo Regional de aumentar em 11 por cento o complemento regional desta prestação social, que vai abranger 42.100 crianças e jovens;

Os partidos que bradavam contra os aumentos das comparticipações familiares pelos serviços de ama, creches, jardins-de-infância e ATL's não pode, agora, estar contra a suspensão desta medida como forma de aliviar e desonerar as famílias açorianas;

Os partidos que criticaram a insensibilidade social do Orçamento de Estado não pode, agora, esquecer a preocupação do Governo de criar um Fundo Social de Compensação Social dotado de 7M de euros, que servirá para acudir famílias em situações de emergência e em situações de pobreza ou desprotecção súbita;

Os mesmos partidos que se insurgiram contra os cortes salariais na Função Pública do país, não podem, agora, estar contra o novo apoio proposto pelo Governo dos Açores, designado “remuneração compensatória” que irá compensar inteiramente, em 2011, a perda de vencimento dos funcionários públicos devido ao plano de austeridade nacional e que abrangerá cerca de 3700 pessoas.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Temos pena que essa coerência não exista.

Chegados aqui, constatamos que, nesta Assembleia, temos um PSD/Açores entrincheirado em tiques persecutórios, incapaz de apresentar um projecto alternativo e credível para os Açores.

O tempo já não serve de álibi.

Esta liderança do PSD/Açores, em funções há muito tempo, ainda não apresentou um programa, uma proposta aos açorianos com medidas estruturadas.

É muito tempo para não se ter uma ideia.

Percebe-se. As ideias no PSD/Açores esgotaram-se há 15 anos atrás.

Como pensa o PSD/Açores melhorar a economia dos Açores ou a política de transportes? Qual a solução alternativa para o Serviço Regional de Saúde? Como acha que é capaz de reduzir o desemprego? Nada se sabe e, mais uma vez, tudo ficou por saber.

Do PSD/Açores apenas se conhece a crítica fácil e destrutiva.

Este partido personifica, assim, a fábula do escorpião e da rã.

Neste conto, o escorpião necessita da rã para não se afogar a atravessar o rio. Mesmo assim, a meio da travessia, não resiste e crava o seu ferrão na rã, mesmo sabendo que este acto representaria a sua morte. As suas últimas palavras foram: “Não tenho culpa, está na minha natureza”.

Este é o PSD que temos. Sabe que vai pelo caminho errado, mas insiste em seguir por aí.

De alguns dos seus dirigentes, já percebemos que não têm mesmo mais nada para dizer aos açorianos do que “Não tenho culpa, esta

postura de crítica constante e destrutiva está na natureza deste PSD”.

Mas falemos de coisas importantes. Falemos, pois, daqueles que querem ser parte da solução e não continuar a fazer parte do problema.

Falemos dos açorianos e das suas instituições representativas. Mesmo com desacordos pontuais, o PS/Açores sabe que pode contar com elas, com o seu empenho e com a sua determinação.

Basta ler vários pareceres de instituições ao Plano do Governo para ver, claramente, quem está de boa fé neste momento de conjuntura mais desfavorável.

Basta ler o parecer da Câmara do Comercio e Indústria dos Açores, quando refere – e cito - “O montante deste Plano (...) poderá ser um contributo importante para a recuperação económica, para o emprego e para a melhoria da situação das empresas. Esta deve ser uma clara opção política de âmbito regional e local”.

Basta ler o parecer da Associação de Industriais da Construção Civil – e cito - “Reconhecemos que, se este Plano e Orçamento for

realizado na íntegra, será um orçamento equilibrado e ajustado ao actual contexto”.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

É com os açorianos que o PS/Açores conta. Juntos vamos ultrapassar as dificuldades, como o desemprego, que nos continua a preocupar diariamente.

Estamos com uma taxa de 6,6 por cento, a mais baixa de todas as regiões do país. Esta evidência não nos descansa, cada desempregado nos Açores é uma preocupação para nós, mas é preciso rejeitar aqui, com dados oficiais, algumas inverdades, repetidamente, usadas pelo PSD/Açores sobre este assunto.

Durante os Governos do PSD, o número de trabalhadores nos Açores nunca atingiu os 100 mil.

Com o PS, há nove anos que existem mais de 100 mil açorianos a trabalhar nas nossas ilhas.

Em Outubro de 2010, o número de desempregados inscritos nos serviços públicos era 6.030, número muito inferior aos 7.164

verificados em Outubro de 1996, aos 6.428 de Outubro de 1995 e aos 6.112 de Outubro de 1994.

Durante os anos de 1994, 1995 e 1996 o desemprego manteve-se sempre acima do agora verificado. Havia, nesta altura de governação social-democrata, mais desempregados do que agora e muito menos trabalhadores nos Açores.

A bem da verdade e do esclarecimento dos açorianos, fica, de uma vez por todas, desmentida a falácia tantas vezes repetida pelo PSD, quando afirma que o desemprego actual é o maior da história da Autonomia.

Não é. É o mais baixo das regiões portuguesas e o mais baixo das regiões ultraperiféricas da Europa onde o desemprego é um grande flagelo social. Não nos satisfaz a desgraça dos outros, mas estes referenciais permitem-nos perceber e medir a eficácia das nossas medidas.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Temos pela frente tempos difíceis. O Governo sabe disso, o PS sabe disso e os açorianos sentem isso.

Estou convencido que não há problema que não possamos resolver. Que não há desafio que não conseguíamos ultrapassar.

Nenhum de nós fará isso sozinho, mas, em conjunto, será mais fácil percorrermos o caminho que nos levará a uma Região melhor.

Uma Região que complete cada família, que recompense a audácia, que premeie o empreendedorismo, que garanta a saúde, que apoie os desprotegidos, que integre quem nos escolhe para viver.

Uma Região que pertença a cada um dos açorianos. Uma região em que a soma de todos seja, sempre, muito superior ao individualismo de cada um.

Uma Região que cada um dos açorianos possa chamar sua e que sinta orgulho nisso. Um orgulho colectivo que cabe ao PS idealizar e ao Governo executar.

Em nome de cada um dos açorianos, esta é a nossa missão!

Disse.

Horta, 25 de Novembro de 2010.

Berto Messias

Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores.